

Senadores: Brasil foi importante em acordo contra aquecimento global

Conferência do Clima, em Paris, terminou no dia 12 com assinatura de acordo em que países se obrigam a tomar medidas contra mudança climática



Cabinete senador Vanessa Grazziotin

Os senadores que integraram a comitiva brasileira na Conferência do Clima (COP-21), em Paris, comemoraram o resultado do evento, que reuniu 195 países, e destacaram o protagonismo do Brasil nas negociações que levaram ao inédito acordo por meio do qual as nações se comprometeram a reduzir suas emissões de gases

do efeito estufa. Vanessa Grazziotin disse que o Brasil lutou para superar as divergências em Paris. Fernando Bezerra Coelho citou os avanços do país no combate ao desmatamento. Jorge Viana disse que as decisões tomadas em Paris protegerão as gerações futuras. Roberto Rocha e Donizeti Nogueira também fizeram parte da delegação. **3**

Reunião em Paris da comitiva brasileira na COP-21, incluindo Donizeti Nogueira (E), Fernando Bezerra Coelho (2º à esq.) e Vanessa Grazziotin

Supremo decide novo rito para processo de impeachment **3**

Texto cria restrições a empresa que utiliza trabalho escravo **2**

ACONTECEU NO SENADO



Gerardo Magalhães/Agência Senado 17/12/2015

Romero Jucá (C) na sessão em que o Congresso aprovou o Orçamento

Congresso aprovou Orçamento 2016

Na quinta-feira, o Congresso aprovou o Orçamento de 2016. A lei orçamentária conta com a recriação da CPMF e pre-

vê cortes em programas sociais, com o objetivo de ajudar o governo a atingir a meta de superávit de 0,5% do PIB. **4**

■ O Jornal do Senado volta a circular em 2 de fevereiro



Índice analisa transparência do Poder Legislativo

O Senado está lançando um sistema para que os cidadãos possam avaliar a transparência das Casas legislativas do país. A ferramenta usa 68 indicadores para fazer o cálculo e tomou como base experiência semelhante do Instituto Ethos. **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado 7/12/2015

Senador Wellington em debate com Elga Lopes, da Secretaria da Transparência



Evite o acúmulo de água parada.

Quando não for possível eliminar essa água parada, aplique diariamente **cloro ou água sanitária**.

Acione as autoridades sanitárias (0800 611997) em caso de focos de mosquito.

Com ações assim, **o Senado contribui** para prevenir dengue, zika vírus e chicungunha.



Senado Federal | Secom | Publicidade e Marketing

O Senado faz. Você também pode fazer.

www.senado.leg.br



Indicador, que pode ser aplicado a qualquer Casa legislativa federal, estadual e municipal, considera abertura para participação popular e obediência à Lei de Acesso à Informação

Senado cria Índice de Transparência do Legislativo



O SENADO ACABA de lançar o Índice de Transparência do Poder Legislativo. A ferramenta permite que o cidadão avalie o nível de transparência das Casas legislativas de acordo com a Constituição, a Lei de Acesso à Informação (LAI), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os parâmetros estabelecidos pela União Interparlamentar (UIP), organização internacional de parlamentos, criada em 1889.

O índice vai de 0 a 1 — em que 0 indica nenhuma transparência e 1, transparência máxima — e pode ser aplicado ao Senado, à Câmara dos Deputados, às assembleias estaduais e às câmaras municipais.

Segundo a diretora da Secretaria da Transparência do Senado, Elga Lopes, a criação do índice foi aprovada pelo Conselho de Transparência e Controle Social do Senado.

Elga explica que a proposta utilizou a experiência do índice Cidade Transparente, desenvolvido pelo Instituto Ethos para avaliar a gestão dos municípios. O Cidade Transparente deu continuidade ao Projeto Jogos Limpos, aplicado pelo instituto para acompanhar as informações de prefeituras e governos estaduais sobre a preparação da Copa do Mundo.

Para o diretor-executivo do Instituto Ethos, Caio Magri, avaliar o nível de transparência é importante para fortalecer o diálogo entre o poder público e a sociedade.

— O Índice de Transparência do Poder Legislativo é uma iniciativa fundamental para instrumentalizar o controle social — afirma.

O índice apresenta 68 indicadores, distribuídos entre quatro dimensões: transparência legislativa, transparência administrativa, aderência à LAI e participação popular

e controle social.

— A transparência legislativa vai avaliar quão transparente é o órgão em relação às atividades de legislar e fiscalizar o Executivo. A administrativa mede a transparência da instituição quanto aos aspectos administrativos e financeiros — explica o coordenador de Controle Social da Secretaria de Transparência do Senado, Marcos Ruben de Oliveira.

O quesito participação e controle social, de acordo com Oliveira, verifica o quanto o órgão é aberto para que a sociedade possa participar e dar sugestões. Por último, a aderência à LAI aponta o grau de cumprimento dos dispositivos da lei pelos órgãos avaliados.

Consulta pública

Cada indicador vai ser analisado sob quatro pontos de vista: atualidade, totalidade, prontidão e série histórica. Se não atender ao indicador, a nota será 0. Se parcialmente,

O que a avaliação considera

A transparência será medida em quatro grandes temas, denominados dimensões



Transparência legislativa: mede a transparência do órgão quanto às atividades típicas do Poder Legislativo que constam da Constituição, bem como quanto às atividades típicas dos parlamentares.



Transparência administrativa: mede a transparência do órgão legislativo quanto às questões administrativas e financeiras, incluindo aspectos abordados pela LRF e alguns tópicos da LAI.



Participação e controle social: mede a abertura à participação da sociedade em geral nas atividades do Poder Legislativo, bem como as medidas adotadas para que o cidadão possa exercer o controle social sobre o Legislativo.



Aderência à LAI: mede o grau de aderência dos órgãos avaliados aos dispositivos da LAI, notadamente aqueles com caráter obrigatório.

0,5. Se atender completamente, 1. No final, será calculada uma média para formar o índice geral de transparência.

De acordo com Oliveira, qualquer cidadão de posse do manual poderá reproduzir o cálculo do índice. O material está disponível na página www12.senado.gov.br/transparencia/ctcs/conselho-de-transparencia.

Para chegar à versão final, os indicadores foram submetidos a consulta pública em outubro. Sugestões foram incorporadas ao índice após homologação pelo Conselho de Transparência do Senado. Contribuições genéricas e sem relação com a proposta não foram incorporadas.

— Foram acolhidas duas sugestões. Uma delas foi a de disponibilizar ao público a normatização interna de aplicação da LAI. A outra sugere a presença de mecanismos para que o cidadão acompanhe o seu pedido de acesso à infor-

mação — afirmou Oliveira.

O coordenador ressalta que o objetivo do índice é oferecer uma metodologia sistematizada à sociedade. Além disso, a ferramenta permite que as próprias Casas legislativas avaliem a sua transparência e definam metas de aperfeiçoamento dos serviços oferecidos.

— O Índice de Transparência foi criado pelo Senado, mas o Senado não vai avaliar ninguém — diz ele.

Órgão consultivo da presidência do Senado, o Conselho de Transparência e Controle Social do Senado é integrado pelos diretores da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação, da Ouvidoria, representada pela Coordenação de Relacionamento com o Cidadão; e da Secretaria de Comunicação Social. Conta também com representantes de três entidades da sociedade: o Instituto Ethos, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Transparência Brasil.

Como a nota é dada

As notas serão classificadas dentro de uma escala de 0 a 1

Exemplo de nota 0

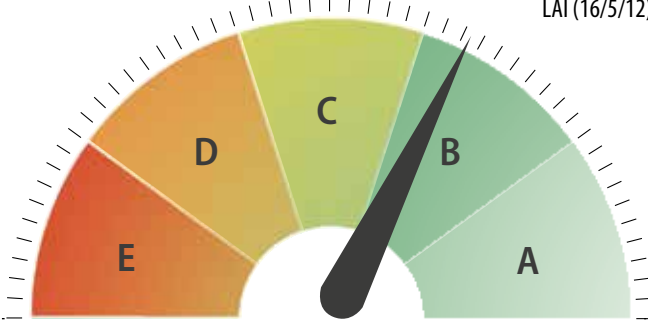
- Não há informação
- Acesso indisponível
- Informação não disponível
- Série histórica não disponível

Exemplo de nota 0,5

- Só há informação parcial do escopo possível
- Acesso a informação via formulário
- Informação disponível, porém defasada
- Série histórica posterior à vigência da LAI

Exemplo de nota 1

- Há informação sobre todo o escopo possível
- Acesso imediato a informação, via web
- Informação do período mais recente
- Série histórica desde a vigência da LAI (16/5/12) ou anterior



Proposta pune empresa que usa trabalho escravo

A empresa ou o cidadão que contratar trabalhador em condições análogas à de escravo poderá ser proibido de receber incentivo fiscal ou pegar empréstimo em bancos públicos. Também ficará impedido de firmar contrato administrativo e participar de licitação, inclusive na modalidade de parceria público-privada (PPP).

As proibições constam de substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 169/2009, que proíbe instituições brasileiras ou sediadas no país de fazerem contratos com empresas envolvidas com exploração de trabalho degradante no exterior. A proposta é do então deputado federal e agora senador Walter Pinheiro (PT-BA).

Aprovado pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o texto está em análise na Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão final.

Relator do projeto na CCJ, o senador Paulo Paim (PT-RS) recomendou a aprovação na forma de substitutivo apresentado pela CRE. No parecer favorável, ele reconheceu o mérito como “evidente e relevante”. “As vedações à

concessão de incentivos fiscais e à celebração de contratos administrativos são restrições capazes de tutelar o embargo às empresas que exploram trabalho degradante”, afirma o senador.

Para caracterizar o envolvimento da empresa ou pessoa física com a exploração de

trabalho escravo, é necessário comprovar inclusão no cadastro específico do Ministério do Trabalho e Emprego ou condenação judicial pela prática.

Se o texto for aprovado na CCJ, como foi modificado por substitutivo no Senado, deverá voltar para análise na Câmara.



Trabalhadores resgatados no Maranhão: restrições impostas pelo projeto podem coibir trabalho degradante, acredita Paim

Medida provisória abre crédito no Orçamento de R\$ 37,5 bilhões

A presidente Dilma Rousseff enviou mensagem ao Congresso comunicando a edição da Medida Provisória 702/2015, que abre crédito de R\$ 37,579 bilhões no Orçamento da União. Os recursos destinam-se ao pagamento de encargos da dívida federal e de diferentes despesas dos Ministérios da Saúde, das Cidades e do Trabalho e Emprego.

A medida provisória entrou em vigor na sexta-feira, data em que foi publicada no *Diário Oficial da União*. Para que ela não perca a validade, deve ser aprovada pela Câmara e pelo Senado no período máximo de 120 dias. A contagem desse prazo, porém, permanecerá suspensa entre o próximo dia 23, quando se inicia o recesso parlamentar, e 1º de fevereiro de 2016, dia em que o Congresso retomará os trabalhos legislativos.

Para senadores, país foi protagonista na COP-21

Parlamentares participantes da Conferência do Clima citaram como exemplos do Brasil a queda do desmate na Amazônia e as metas para a redução da emissão de gases

O PROTAGONISMO BRASILEIRO é consenso nas análises feitas pelos senadores que participaram da Conferência do Clima (COP-21), realizada em Paris pelas Nações Unidas. Eles avaliam que a atuação do governo brasileiro, as contribuições da diplomacia do país e o exemplo das iniciativas adotadas no Brasil para a redução das emissões de gases de efeito estufa foram determinantes para a construção do acordo global do clima que foi assinado no dia 12.

No encontro, 195 nações firmaram o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa para que a elevação média da temperatura no planeta fique abaixo de 2 °C.

— O melhor foi ver o nosso Brasil cumprindo um papel de protagonista para que o mundo pudesse firmar um acordo que envolve compromissos, que mexe com modelos de desenvolvimento, que estabelece regras, prevendo proteção para gerações futuras — afirmou Jorge Viana (PT-AC).

Ele, que é o primeiro-vice-presidente do Senado, elogiou a delegação brasileira na conferência da ONU, liderada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o compromisso assumido pelo Brasil de reduzir até 2025 em 37% as emissões de gases de efeito estufa e até 2030 em 43%, em relação aos níveis de 2005.

Para o presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), iniciativas já adotadas pelo Brasil, como o combate ao desmatamento ilegal, fizeram com que o país



Entre os senadores Donizeti Nogueira, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho e Jorge Viana, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin na COP-21

contasse com o reconhecimento das nações presentes ao encontro.

— O Brasil chegou à COP-21 como um grande exemplo, sobretudo pela redução do desmatamento na Floresta Amazônica — disse Bezerra.

Tabus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou decisivo o papel do Brasil no encontro, por apresentar propostas e trabalhar para superar divergências.

— Saímos da conferência com todos os países assinando uma meta obrigatória e quebrando tabus. O mundo foi capaz de colocar numa mesma mesa países com interesses opostos, que protagonizaram, em benefício da humanidade, um acordo significativo.

Na avaliação de Roberto Rocha (PSB-MA), o acordo fir-

mado na COP-21 representou uma inversão de paradigma.

— Não é a economia que vai salvar o meio ambiente; é o meio ambiente que vai salvar a economia. Nesse sentido, foi um grande avanço — afirmou.

Donizeti Nogueira (PT-TO) viu no acordo a união necessária para o desenvolvimento sustentável.

— O documento de Paris uniu o mundo — resumiu.

Os senadores destacaram a previsão, firmada no acordo de Paris, de investimento anual de US\$ 100 bilhões até 2025 para que países em desenvolvimento possam investir em tecnologias capazes de diminuir os riscos das mudanças no clima.

Os compromissos a serem assumidos por cada país estão relacionados às responsabilidades e à capacidade de cada nação, como prevê o acordo.

— Isso foi uma proposta do

Brasil. Os países desenvolvidos devem continuar a ter metas de redução absoluta. Isso abre espaço para os países em desenvolvimento implementarem as ações diversificadas e progressivamente alcançarem essas ambições — disse Viana.

Código Florestal

O aperfeiçoamento da legislação ambiental brasileira foi outro aspecto apontado como exemplo do protagonismo brasileiro. Os senadores citaram a aprovação de leis que contribuirão para que os compromissos brasileiros assumidos na conferência sejam cumpridos, como o Código Florestal (Lei 12.651/2012) e a Lei da Biodiversidade (Lei 13.123/2015). Destacaram também o projeto de lei que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PLC 77/2015), aprovado por

unanimidade pelo Plenário do Senado no dia 9 e enviado à Presidência para sanção.

Entre as propostas em tramitação, os senadores apontaram como prioridade para 2016 o PLS 750/2015, de Jorge Viana, que altera a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009) para atualizar as metas de redução da emissão de gases de efeito estufa.

— Agora é hora de cada país cuidar dos seus compromissos. O Brasil apresentou uma proposta audaciosa e é importante que seja implementada, sendo fundamental o papel do Congresso. Vamos apoiar para trazer para a Lei de Mudanças Climáticas do Brasil as propostas que o governo brasileiro apresentou em Paris — disse Bezerra.

O que causa o aquecimento global: <http://bit.ly/motivosclima>

Julgamento do STF muda o rito de impeachment

O Supremo Tribunal Federal (STF) alterou o modo como vinha sendo conduzido o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados. Ao julgar na semana passada uma arguição feita pelo PCdoB, a Corte criou um novo rito para o processo.

Agora, a Câmara terá de fazer nova eleição da comissão que analisará preliminarmente o pedido de impeachment. Dessa vez, a escolha será com

voto aberto e sem chapas alternativas. A lista, com 65 deputados, deve ser elaborada pelos líderes partidários. Mas isso só deve acontecer na volta do recesso parlamentar, em fevereiro.

Instalada a comissão, Dilma será notificada e terá dez dias para apresentar defesa. Depois, o colegiado produzirá em até cinco sessões parecer pela continuidade ou não do processo. O documento seguirá para o Plenário da

Câmara. Se pelo menos dois terços dos deputados — 342 dos 513 — decidirem pelo impeachment, o processo vai para o Senado.

A partir desse ponto, outra mudança: o Senado poderá barrar o pedido. Uma comissão dará um parecer que será submetido à apreciação do Plenário. Os parlamentares vão decidir então, por maioria simples, se continuam ou arquivam o processo.

Caso aceitem, a presidente será afastada por até 180 dias. E o Plenário deverá julgar definitivamente o caso. Pelo menos dois terços da Casa — 54 dos 81 senadores — precisam votar a favor do impeachment para que ele seja aprovado. Se Dilma for condenada, assume o vice-presidente, Michel Temer. Se absolvida, retorna ao cargo.

(Da TV Senado)

Farsa da política ficou clara para os brasileiros em 2015, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) definiu 2015 como “o ano da descoberta”, em que os brasileiros tomaram conhecimento da extensão da gravidade de problemas que já davam sinais antes, como a crise econômica, a corrupção, o descrédito dos políticos, os gastos excessivos em atividades incapazes de dinamizar a economia. Outra descoberta é a manipulação eleitoral, disse:

— O marqueteiro é o diretor teatral da farsa eleitoral.

O senador disse esperar que 2016 marque o início da reconstrução. Para ele, o Brasil vive uma decadência em todas as áreas, que levará anos para ser revertida.



Pedro França/Agência Senado

Para Gurgacz, 2016 será transição para país retomar crescimento

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse esperar que 2016 seja um ano de transição para que o país retome o crescimento em 2017. Segundo ele, a crise política que potencializou os problemas econômicos é “um mal necessário” e pode ter resultados positivos, como o combate à corrupção. Para o senador, não deveria haver recesso parlamentar, para que fossem resolvidas as questões pendentes do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

— Temos que afastar quanto antes essas incertezas. Isso não é bom para o Brasil, principalmente para a economia, que já despertou a desconfiança do mercado internacional.



Pedro França/Agência Senado

Decisão do Supremo Tribunal Federal é vitória da democracia, afirma Vanessa Grazziotin

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o Senado tem poder de barrar o processo de impeachment é uma vitória da democracia, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) na sexta-feira.

— Foi uma vitória. Eu não diria uma vitória nossa, nós que lutamos contra um golpe, que defendemos o mandato da presidente Dilma, mas foi uma vitória da democracia.

ACONTECEU NO SENADO



Senadores e deputados na sessão em que aprovaram a proposta orçamentária: meta de superavit de 0,5% do PIB

Congresso aprovou Orçamento de 2016

Na quinta-feira, o Congresso aprovou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. O texto promove cortes de gastos em programas sociais e órgãos federais para cumprir a meta de superavit fiscal de 0,5% do PIB. Ela inclui, entre as receitas estimadas, R\$ 10,1 bilhões a serem arrecadados com a eventual recriação da CPMF.

Antes, o Congresso votou a LDO para 2016. A lei norteia a elaboração do Orçamento. O texto aprovado estima um superavit fiscal de 0,5% do PIB, o equivalente a R\$ 30,5 bilhões. Desse total, R\$ 24 bilhões devem ser economizados pela União e o restante, pelos estados e pelos municípios.

PLANO PLURIANUAL DESTINA R\$ 8,2 TRILHÕES A INVESTIMENTOS

Na quarta-feira, o Congresso aprovou o Plano Plurianual (PPA) 2016–2019, com orientações para toda a legislação orçamentária do próximo quadriênio. O texto destina R\$ 8,2 trilhões a investimentos públicos no período. Para o ano que vem, prevê crescimento do PIB em 0,2% e inflação reduzida para 5,4%.

REPATRIAÇÃO DE RECURSOS AJUDARÁ GOVERNO NO AJUSTE FISCAL

Na terça-feira, o projeto que regulariza recursos mantidos no exterior e não declarados à Receita Federal (PLC 186/2015) foi aprovado no Senado. Será cobrada uma alíquota de 15% do Imposto de Renda mais multa de igual percentual, totalizando 30%. Quem regularizar o patrimônio ficará isento de todos os demais tributos federais e de todas as penalidades aplicáveis por outros órgãos regulatórios que poderiam ter incidido até 31 de dezembro de 2014. Um item polêmico do texto permite anistia de crimes como sonegação fiscal, evasão de divisas, descaminho e uso de documento falso.



STF DÁ AUTONOMIA AO SENADO NO IMPEACHMENT

Na quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu o rito para o processo de impeachment. Saíram vencedoras as teses do ministro Luís Roberto Barroso. O Senado poderá arquivar o processo enviado pela Câmara.



PARA COMISSÃO, CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS DEVE SER TRANSFORMADA EM POLÍTICA DE ESTADO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) recomendou que o Programa Ciência sem Fronteiras seja transformado numa política de Estado. A sugestão foi feita na terça-feira, durante a leitura do relatório sobre as políticas públicas voltadas à formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação.

AUMENTO DE TRIBUTO SOBRE BEBIDAS FOI PARA SANÇÃO

Na quarta-feira, o Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 690/2015, que aumenta o tributo sobre as chamadas bebidas quentes. A MP prevê aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nos vinhos, mas com redução do percentual a cada ano (de 6% em 2016 para 5% em 2017), e fixa o teto de 17% para a tributação sobre a cachaça. A proposta vai agora para a sanção da Presidência da República.

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL SOFREU ALTERAÇÕES

Na terça, o Senado aprovou projeto que altera o novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). A proposta (PLC 168/2015) reverte alterações introduzidas pela nova lei, como o fim do juízo prévio de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário. A obrigatoriedade de os processos serem decididos em ordem cronológica se tornou preferencial. O texto limita o saque de valor pago a título de multa, pela parte contrária, ao trânsito em julgado da ação. Entre os artigos revogados, estão a possibilidade de julgamento por meio eletrônico dos recursos e processos de competência originária sem sustentação oral.



VAI PARA CÂMARA LEGALIZAÇÃO DE CASSINO E JOGO ELETRÔNICO

Na quarta, a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou o PLS 186/2014, que regulamenta os jogos de azar. A proposta autoriza o funcionamento de cassinos e bingos e legaliza jogos eletrônicos e o jogo do bicho. O texto aprovado foi o substitutivo do relator, Blairo Maggi (PR-MT). O projeto vai para a Câmara.

CONSELHO DE ÉTICA ABRE PROCESSO CONTRA DELCÍDIO

O Conselho de Ética abriu na quinta-feira processo contra Delcídio do Amaral (PT-MS), que está preso em decorrência da Operação Lava-Jato. O relator será Ataídes Oliveira (PSDB-TO, foto). No mesmo dia, foi arquivado processo contra Randolfe Rodrigues (Rede-AP).



TOMBINI: INFLAÇÃO SÓ VOLTA À META EM 2017

A inflação só deverá voltar a ficar abaixo do centro da meta em 2017, disse o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça. Para ele, o atraso no ajuste fiscal contribuiu para o aumento da inflação.

VETO PRESIDENCIAL À “DESAPOSENTAÇÃO” FOI MANTIDO

Na terça, o Congresso manteve os cinco vetos presidenciais da pauta: os três vetos parciais que tratam da “desaposentação”, da cobrança das bandeiras tarifárias e do direito de resposta contra conteúdo ofensivo na mídia e os dois vetos totais a textos que tratam da redução do período de obrigatoriedade da declaração de atividade da empresa perante a junta comercial e da regulamentação das profissões de transcritor e de revisor em braille.



300 MIL AGENTES À CAÇA DO MOSQUITO DA DENGUE

Na quarta, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o ministro da Saúde, Marcelo Castro, afirmou que foram mobilizados 300 mil agentes de saúde para destruir criadouros do mosquito da dengue no país. O mosquito também transmite a febre chikungunha e o vírus zika.

CONGRESSO PODERÁ CRIAR CPI DAS BARRAGENS

O apoio à criação de uma CPI mista para apurar as condições das barragens de contenção de rejeitos das atividades de mineração foi aprovado na terça pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Paulo Paim (PT-RS) foi o defensor da criação da CPI.



AVANÇOU MP QUE AUTORIZA CAIXA A COMPRAR BANCOS

Na terça, a comissão mista de senadores e deputados aprovou o relatório sobre a MP 695/2015, que autoriza o Banco do Brasil, a Caixa e suas subsidiárias a adquirir participação em instituições financeiras. A permissão é válida até 31 de dezembro de 2018 e os dois bancos públicos deverão seguir as mesmas regras da Lei 11.908/2009.

DEL NERO DISSE À CPI DO FUTEBOL QUE SERÁ INOCENTADO

Na quarta, o presidente licenciado da CBF, Marco Polo Del Nero, depôs na CPI do Futebol. Ele afirmou que as investigações do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e da Fifa vão provar que ele não está envolvido em esquemas de corrupção. O presidente da CPI, Romário (PSB-RJ), acusou Del Nero de ter mentido à comissão parlamentar de inquérito.

